Pensando o Brasil: discurso religioso e prática social segundo Zilda Arns[1]

Thinking about Brazil: religious discourse and social practice according to Zilda Arns

Marcelo Thimoteo da Costa

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000100009

Marcelo Timotheo da Costa é professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira (timotheo@unisys.com.br).

Artigo recebido em 31 de dezembro de 2014 e aprovado para publicação em 7 de abril de 2015.

Resumo

Propõe-se aqui analisar a atuação da Pastoral da Criança, organização criada em 1983 e coordenada por quase três décadas pela médica pediatra e ativista católica Zilda Arns Neumann (1934-2010). Observar-se-á, para tanto, o discurso construído por Arns para justificar a fundação da citada Pastoral – bem como o inventário realizado por ela dos primeiros anos de sua atuação. Quer-se demonstrar como Zilda Arns forjou, com base em um universo religioso específico, determinada mística de ação social, ligando credo privado e intervenção pública.

Palavras-chave: ação social cristã; infância de risco; Zilda Arns; Pastoral da Criança.

Abstract

The present article analyzes the performance of Pastoral da Criança, a CNBB (Brazilian Bishops National Conference) social action organization. Pastoral da Criança was founded in 1983 and was coordinated for almost thirty years by the pediatric doctor and catholic activist Zilda Arns Neumann (1934-2010). Focusing on Arns' stated reasons to justify the creation of Pastoral da Criança and on her record of its first years of action, we want to demonstrate how she created a spirituality of action. Doing so, she managed to link private creed and public intervention in a time of crisis both in Brazilian political scene and in local Catholic Church.

Keywords: christian social action; vulnerable childhood; Zilda Arns; Pastoral da Criança.

Resumé

Nous proposons d'analyser la performance de la Pastoral da Criança, une organisation créé en 1983 et coordonnée pendant presque trente ans par Zilda Arns Neumann (1934-2010), médecin et activiste catholique. Nous observerons, pour autant, le discours construit par Arns pour justifier la fondation de la Pastoral – de même que l'inventaire qu'elle a réalisé des premières années de son travail. Nous voulons démontrer comment Zilda Arns a forgé, sur la base d'un univers religieux spécifique, une certaine mystique de l'action sociale, tout en reliant la croyance privée et l'intervention publique dans un temps de crise aussi bien sur la scène politique brésilienne que dans l'Église Catholique locale.

Mots-clés: action sociale chrétienne; enfance en danger; Zilda Arns; Pastoral da Criança.

Introdução

Novembro de 2000. Entre os numerosos inventários realizados no fim do milênio, a médica e ativista social Zilda Arns Neumann (1934-2010) tornou público o texto "Pastoral da Criança: uma experiência consagrada".[2] Nele, a autora ia além da exposição dos objetivos e resultados até então obtidos pela Pastoral criada em 1983. Zilda Arns também detalhava as razões de seu engajamento pessoal, definindo e proclamando uma determinada mística de ação social que ligava credo privado e intervenção no mundo da experiência. É essa proposta de atuação na sociedade brasileira que será aqui analisada, tomando como referencial básico o documento mencionado.

Filha de Gabriel e Helena Arns, Zilda nasceu em Forquilhinha, colônia agrícola de imigrantes europeus no interior catarinense, universo onde a espiritualidade católica ditava o correr dos dias e consolidava laços comunais, inspirando trabalhos de assistência mútua. Assim, pode-se dizer que a conexão entre fé religiosa e atuação pública começou a ser inculcada em Zilda já nos primeiros anos de vida, na sua colônia de origem. A propósito, tais agrupamentos, espalhados pelo Sul do Brasil, seriam, ao longo de boa parte do século XX, notável celeiro de vocações sacerdotais (a numerosa família Arns, por exemplo, daria à Igreja alguns de seus filhos).

Decidida a estudar medicina, curso realizado na Universidade Federal do Paraná (1954-59), Zilda Arns optou por especializações em pediatria e sanitarismo, campos nos quais pôde coadunar expertise profissional e militância social, engajamento decorrente de seu cristianismo. Assim, nos anos de formação e na década após a graduação, ela atuou em um hospital materno-infantil em Curitiba e foi também pioneira no atendimento em postos de saúde na periferia da cidade. Seguiram-se, nos anos 1960-80, trabalhos de educação, saúde e proteção social voltados para as camadas mais empobrecidas: expansão da rede de postos de saúde e "Clubes das Mães"; difusão de programas de incentivo ao aleitamento materno, à reidratação oral e de atenção à higiene bucal; coordenação da campanha de vacinação contra a pólio, entre outras ações. Tais trabalhos, ela os executou tanto como funcionária pública estadual quanto como coordenadora de entidades filantrópicas.

Na Pastoral da Criança desde a fundação, foi exatamente a referida mística de ação social, espírito visceralmente cristão, que animou o trabalho de extensa capilaridade junto aos

mais pobres. Tratava-se de uma operação estrategicamente disposta a meio caminho entre as ações meramente caritativas, tão próprias do catolicismo tradicional, e proposições mais radicais preconizadas pelos teólogos da libertação, que entre nós alcançaram inequívoca visibilidade entre meados dos anos 1970 e a década de 1980.

Em suma: Zilda Arns, *em virtude de sua confissão religiosa e como complemento dela*, sentiu-se instada a intervir entre a parcela mais pobre da população brasileira. E, para tanto, elegeu uma via intermediária, equilibrando eclesiologias diversas. Uma opção pela prudência que viabilizaria o apoio e múltiplas alianças junto ao dividido universo católico de então. Uma escolha moderada que, eficaz no urdume de uma extensa rede de serviço social, logrando mobilizar milhares de voluntários em todas as dioceses brasileiras, revelaria também efeitos limitadores na ação da própria Pastoral. Uma atuação que, sem descartar explicitamente a necessidade de diagnóstico mais preciso das causas da desigualdade social em nosso país, deveria ser, em primeiro lugar, terapêutica, emergencial.

Em tempos de tribulação: a praça pública e a Igreja brasileiras

Organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Pastoral da Criança nasceu duplamente marcada pelo signo da crise. O ano era 1983 e tanto o país como a Igreja Católica local, por razões diversas e em graus variados, viviam tempos de incertezas e sombras.

Em termos nacionais, já correndo o terço final do mandato de João Baptista Figueiredo (1979-85), o último dos sucessivos generais que ocuparam a presidência da República desde o golpe civil-militar de março de 1964, a conjuntura econômica revelava-se particularmente preocupante. No triênio 1981-83, o Produto Interno Bruto (PIB) declinou 1,6% em média.[3] A depressão na esfera produtiva fez o emprego e a renda nacionais recuarem, em termos comparativos, mais que o verificado quando da grande crise de 1929.[4] A gravidade da situação aumentou devido à resistência da inflação que, entre 1980 e 1982, atingiu índice anual superior ou muito próximo dos 100%. Em síntese e negando a teoria econômica mais ortodoxa, o desaquecimento do mercado interno não diminuiu o aumento continuado da carestia. Ao contrário, o país estava diante de um fenômeno conhecido por "estagflação", estagnação econômica combinada com aceleração da dinâmica inflacionária.

Dados os propósitos e também as limitações espaciais deste trabalho, será impossível avançar na discussão do delicado quadro da economia brasileira de então. *Interessa*, nestas linhas, *grifar o mais elementar: a deterioração da economia brasileira de então impactou*

profunda e negativamente a sociedade nacional, tendo efeitos particularmente perversos entre a população de baixa renda. Era esta a parcela da população com menor capacidade de se proteger da inflação, e para a qual a já frágil proteção do Estado, em qualquer dos níveis existentes, da Federação aos municípios, se mostrava ainda mais ineficiente, déficit potencializado em conjuntura desfavorável.

A Pastoral da Criança tinha como público alvo, exatamente, os mais empobrecidos da nação. Antes de prosseguir, um esclarecimento: não é objetivo destas linhas sugerir uma associação direta e unilateral entre a crise econômica do início dos anos 1980 e a gênese da Pastoral da Criança. As dificuldades enfrentadas pelo país, sobretudo entre suas camadas populares, tornaram tão somente mais necessária a citada Pastoral. Nesse sentido, para os fins desta análise, não basta replicar o pensamento teologal que enxerga na grave crise brasileira o *kairós* (i.e., "tempo oportuno") do trabalho social, concebido como "missão", encabeçado por Arns Neumann. Cumpre observar a história da própria instituição onde tal proposta de intervenção foi acolhida. Isto é, a ação da Pastoral da Criança em geral, e a de sua liderança maior, em particular, são mais bem compreendidas quando se ilumina o particular momento vivido pela Igreja Católica brasileira a partir do final dos anos 1970. Tensa conjuntura a ser abordada nos próximos parágrafos.

Os anos 1980 trouxeram para a Igreja Católica do Brasil as incertezas advindas do acirramento de um conflito interno duradouro herdado da década anterior, uma divisão motivada por razões teológicas e pastorais – e também ideológicas e políticas. No mesmo período, cresceu notavelmente a repressão das instâncias doutrinárias romanas àquela que era a mais original (e polêmica) contribuição eclesiológica da América Latina, a Teologia da Libertação. Teologia, a propósito, que contava com numerosos defensores em postos de projeção e poder na Igreja local.

Tome-se o caso de Leonardo Boff, o mais conhecido expoente da Teologia da Libertação brasileira. Na primeira metade dos anos 1980, o então frade acumulava prestigiosos postos na linha de produção intelectual católica: a cátedra de Teologia Sistemática no Instituto Teológico Franciscano (centro de formação que também recebia alunos de outras ordens e leigos); a direção da Vozes, maior editora confessional brasileira; a redação das publicações especializadas *Concilium* (internacional) e *Revista Eclesiástica Brasileira*.

Boff não estava só. Outros alcançaram visibilidade em campos variados: são bons exemplos o jesuíta João Batista Libânio (Teologia Sistemática), o frade carmelita Carlos Mesters (Exegese Bíblica), o sacerdote secular José Oscar Beozzo (História da Igreja na América Latina). Importantes seminários nacionais, como o arquidiocesano de São Paulo e também o de Olinda e Recife, adotaram programas de formação inovadores e progressistas, ancorando-se

em contribuições teóricas e pastorais de clara inspiração liberacionista. Durante os anos da ditadura, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), redes pastorais com base popular, em áreas urbanas e rurais, onde se uniam fé e reivindicação de melhores condições de vida. Segundo os defensores dessa nascente eclesiologia, em meio às classes populares (e não apenas nas CEBs) encontrava-se o espaço privilegiado para a formulação da Teologia da Libertação.

Em sintonia com a nova maneira de pensar a fé e suas consequências, alguns membros da hierarquia católica denunciaram, desde os anos mais duros do governo militar, o arbítrio e o modelo econômico vigente (acusado de "anticristão", por ser concentrador de renda e de terras). Entre os prelados mais atuantes nessa linha contestadora estavam D. Aluísio Lorscheider (arcebispo de Fortaleza) e D. Ivo Lorscheiter (bispo de Santa Maria), que ocuparam a presidência da CNBB em sucessivos mandatos de 1971 a 1983, dando à entidade inédita condução progressista. Recordem-se igualmente D. Adriano Hipólito (titular de Nova Iguaçu), D. Hélder Câmara (Olinda e Recife), D. Pedro Casaldáliga (Prelazia de São Felix do Araguaia), D. Tomás Balduíno (Goiás), D. Waldyr Calheiros (Volta Redonda), D. Antônio Fragoso (Crateús). E D. Paulo Evaristo Arns (cardeal-arcebispo de São Paulo), irmão mais velho de Zilda Arns Neumann.

Ainda na década de 1980, com o passar dos anos, sob o longo pontificado de João Paulo II (1978-2005), personagens e experiências ligados à Teologia da Libertação foram postos em xeque. Para Roma, havia o risco de ideologizar a fé, deturpando-a perigosamente.[5] Em 1985, depois de processo disciplinar de grande repercussão midiática, Leonardo Boff foi afastado do ensino e da editoria da Vozes, e foi-lhe ordenado período de recolhimento e silêncio.[6] Embora acatada, tal ordem não impediu o prosseguimento de conflitos entre o teólogo e a Congregação para a Doutrina da Fé, situação que fez Boff abandonar a vida religiosa em 1992. Outros teólogos foram postos sob suspeita, tendo os movimentos tolhidos em intensidade variável. Durante todo o papado de Karol Wojtyla, a escolha de bispos, ponto-chave no funcionamento da engrenagem católica romana, seria pautada pelo conservadorismo dos novos titulares de dioceses. As CEBs perderam apoio institucional. Seminários foram reconduzidos a modelos pedagógicos e eclesiológicos tradicionais (caso de Olinda e Recife, já sob o controle de D. José Cardoso Sobrinho, que substituiu D. Hélder Câmara) ou sofreram intervenção romana, como ocorreu em São Paulo. A Sé dos paulistanos, aliás, seria dividida em várias dioceses (em 1989), medida extrema para diluir o impacto da atuação progressista do cardeal Arns.

As principais medidas de contenção ao que Roma via como desvios preocupantes motivados pela eclesiologia de libertação concentraram-se na segunda metade dos anos 1980. No entanto, a reação restauradora já havia sido posta em marcha antes disso, sendo discernível,

para muitos católicos progressistas, no discurso do papa João Paulo II na abertura da Conferência Episcopal de Puebla (1979). Tempos tensos que devem ser levados em conta quando se considera o estabelecimento da Pastoral da Criança, seus limites de ação e, paradoxalmente, a recepção muito bem-sucedida dessa experiência em centenas de dioceses Brasil afora.

Por trás das palavras

Em um primeiro contato, "Pastoral da Criança: uma experiência consagrada" apresenta-se como um texto direto e claro. Nele se encontram características essenciais à enumeração das razões fundacionais daquele trabalho social e também, passadas quase duas décadas, ao inventário de suas ações e principais êxitos.

Há mais. Sem prejuízo da nitidez expositiva, Zilda Arns Neumann constrói sua argumentação *sugerindo sentidos menos evidentes*. Para tanto, ela forja seu discurso assentando-o em terreno que lhe é bem conhecido: a fé cristã e seu cânone. Assim, bem de acordo com determinada tradição eclesial, nas linhas (e entrelinhas) da comunicação da médica brasileira, *é firmado um revelador espelhamento entre o texto religioso* (de caráter sacral e inspirador para o fiel) *e a experiência corrente que se quer iluminar* (experiência, não sem propósito, que Zilda Arns define, no subtítulo empregado, como "consagrada"). Tal espelhamento é um recurso retórico que deve ser levado em conta na tentativa de se aprofundar a análise do ideário e da atuação da Pastoral da Criança.[7]

Arns Neumann elabora, portanto, seu discurso relacionando passagens do livro fundador do cristianismo ao relato de dada ação pastoral contemporânea, gestada pela fé evangélica. Isso se dá ao longo de todo o texto da médica, em diversos níveis de composição e transparência. Logo na abertura, lê-se o lema da Pastoral da Criança: "Vida para todos". Ecoa aqui, sem menção explícita, uma das mais citadas passagens joaninas ("Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância", Jo 10,10), trecho que irá reaparecer no final do texto de Zilda Arns (dessa vez citado literalmente), conferindo lógica circular à sua mensagem.

Bem mais claro (ainda que haja desdobramentos ocultos) é o registro do método de trabalho eleito pela Pastoral da Criança, *modus operandi* igualmente pavimentado na memória compartilhada pelos crentes. Concebida como *comunitária* (volto a este ponto adiante), a metodologia de ação da Pastoral inspira-se no relato evangélico conhecido como "milagre da multiplicação dos pães e peixes". Zilda Arns não informa, mas trata-se do único milagre atribuído a Jesus descrito por todos os quatro evangelistas (e Marcos e Mateus o narram duas vezes!)[8] – inédita recorrência que confere especial significado e força evocativa ao episódio. O evento, acreditado e lido pela fé, feito paradigma dos fiéis, vai se tornar o alicerce sobre o qual

Arns Neumann erigirá sua proposta de ação. O trecho, por ser importante, deve ser discutido com mais atenção.

Antes, observe-se que não se tenciona invadir área própria da Teologia ou enveredar por considerações exegéticas. *Deseja-se, na presente análise, demonstrar como um universo de crença específico, no caso o cristão, informou e impulsionou a ação de determinados agentes sociais vinculados à mencionada fé*. Agentes reunidos, mobilizados e apoiados pela Igreja Católica (e que também têm suas ações limitadas por essa vinculação institucional). Grupo de atores cuja militância foi motivada e modelada pela recordação do trecho evangélico acima escolhido por Zilda Arns. Relato bem a propósito conhecido na tradição eclesial por "A alimentação da multidão". Afinal, o público alvo da Pastoral coordenada por Zilda Arns, crianças empobrecidas ou relegadas à miséria, não constituía, em termos nacionais, imensa multidão?

Diante do desafio, em harmonia com a fé professada, Zilda Arns, como anunciado acima, recorre à letra do Evangelho, à narração da multiplicação de pães e peixes. Mais que isso, recorre ao *espírito do cânon*: o segredo do sucesso – ou, para os religiosos, do "milagre" –, afirma ela, estaria na "metodologia comunitária" que conduziu a ação no episódio milenar (p. 85).[9] A divisão da multidão em pequenos grupos teria possibilitado não apenas a distribuição dos poucos pães e peixes até então contabilizados. Iniciada por Jesus, a fração daqueles víveres fora apelo e estímulo para que as demais pessoas da multidão partilhassem entre desconhecidos outros alimentos que haviam trazido para ali, para consumo próprio ou familiar. Tal interpretação, aqui resumida, é mais sugerida que detalhada pela coordenadora da Pastoral da Criança.[10] Ela se reporta, sem dizê-lo, à conhecida exegese em alguns círculos católicos – popular, inclusive, em grupos de estudo bíblico inspirados pela Teologia da Libertação.[11]

Mantém-se o caráter exemplar da narração sacra, porém *há notável deslocamento* – de ênfase e interpretação – *em sua mensagem. A referência ao maravilhoso*, constituinte básico da crença em milagres, *é diluída*. A exegese abraçada pela pediatra e militante cristã *acentua a necessidade e importância do trabalho comunitário*. Assim *é exaltado (e, pela utilização do texto bíblico, sacralizado) o esforço comunal em torno de um objetivo repartido*. Tal operação possibilita a Arns Neumann classificar como "missão" o esforço a ser empreendido por ela e todos os envolvidos na Pastoral da Criança. Missão, ideia tão antiga e significativa entre os fiéis, que amalgamou o trabalho apologético e também a intervenção caritativa das nascentes comunidades cristãs. Alusão aos tempos primordiais da fé que permite outro movimento: compreender o papel da Pastoral da Criança como urgente para a transformação de uma dura realidade. Aqui, novamente, percebe-se o eco do evangelista eleito por Zilda Arns. Em linguagem joanina, o mundo dos homens é retratado como lugar da desolação e do

sofrimento.[12] Urgia, pois, para a cristã Zilda Arns, arregimentar voluntários (i. e., missionários) para transformar (ou, sob as lentes da fé, "transfigurar") essa realidade.

Como já foi sobremaneira frisado, a pediatra e ativista coloca-se em disponibilidade estimulada pela fé. A abertura de "Pastoral da Criança: uma experiência consagrada" não poderia ser mais sintética e clara a este respeito: "A mística cristã sempre foi o motor propulsor do trabalho". A imagem é duplamente oportuna na economia discursiva de Arns Neumann. Em primeiro lugar, a referência à fonte de energia ("motor propulsor", espécie de dínamo, aparelho que gera corrente contínua de força) resume, de forma eficaz, a convocação à ação coletiva e comunitária, o chamado à formação de "redes de solidariedade humana" (p. 86). Rede – estrutura onde a Pastoral da Criança projetou ter suas fundações, privilegiando a iniciativa comunal, em sintonia com a também já mencionada interpretação proposta por Zilda Arns sobre o milagre da multiplicação de pães e peixes. E, em adição, a própria ideia do evento maravilhoso permite ir além no entendimento da fé como fonte de energia mobilizadora. Afinal, é do conhecimento do fiel medianamente familiarizado com o mundo bíblico que a palavra *milagre* vem do grego *dynameis*, "feitos poderosos", eventos reveladores de força e potência.[13] Força e potência que, seguindo o raciocínio de fé ora exposto, deveriam ser despertadas e canalizadas para transfigurar o mundo. Operação que permitirá ao fiel reformular a leitura do mundo como decaído, interpretação registrada anteriormente. Operação que faz lembrar a reabilitação do século promovida originalmente pelo pensamento franciscano (tradição à qual se filiaram dois irmãos de Zilda, os frades João Crisóstomo e Paulo Evaristo).[14]

Fé e obras (em mutirão): o caminho do meio

A Pastoral da Criança se notabilizou nacionalmente pela divulgação e utilização do "soro caseiro", solução aquosa de sal e açúcar ministrada em caráter emergencial a crianças com desnutrição (causada por diarreias e, menos frequentemente, pelo calor). Com o mesmo objetivo, segurança alimentar – mas não para uso em emergências, e sim para uso contínuo –, outro complemento nutricional preconizado pela Pastoral também ganhou popularidade: a chamada "farinha multimistura", uma composição de farinhas e cereais, farelos de trigo e arroz, sementes, pó de folhas verde-escuras e casca de ovo.[15]

Isso considerado, importa frisar: ainda que o combate à desnutrição e à mortalidade infantis fosse ponto primário e central em suas atividades, a Pastoral da Criança tinha objetivos mais amplos: "desenvolv[er] ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania junto a gestantes e crianças menores de seis anos, dentro do contexto familiar nos bolsões de pobreza e miséria" (p. 83). A repetição desses objetivos não só pode ser constatada ao menos mais duas

vezes ao longo do texto em análise (ver p. 90 e 94) como era frequente da parte de Zilda Arns. Por exemplo, anos antes do depoimento "Pastoral da Criança: uma experiência consagrada" tantas vezes citado ao longo destas linhas, ela enumerou como prioritárias para o trabalho da Pastoral 15 medidas. Entre estas, cito: acompanhamento das assistidas por todo o período de gravidez, com especial atenção às doenças; promoção do aleitamento materno, com o devido preparo das futuras mães para que dessem de mamar a seus filhos por no mínimo quatro meses; promoção de vacinações de rotina; educação nutricional das famílias; prevenção do câncer cérvico-uterino e de mama; prevenção das enfermidades respiratórias agudas.[16]

Retorno a "Pastoral da Criança: uma experiência consagrada". Ali, Arns Neumann sustenta que o organismo por ela liderado, para observar sua destinação, deve ter atuação *primariamente caritativa* (p. 85). Sem dúvida, é reproduzida aqui a antiga formulação das chamadas "virtudes teologais": Fé, Esperança e Caridade. Virtudes hierarquizadas, de acordo com a tradição cristã, devendo portanto ser conferida à ultima maior importância.[17]

Tal máxima inspirou o apostolado social católico por séculos, no Brasil e fora dele. Tratava-se de linha de trabalho entendida pelo catolicismo progressista como necessária, porém por demais conservadora, insuficiente e pouco eficaz. Foi o caso, p. ex., da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), entre o final dos anos 1950 e meados da década seguinte.[18] E, sobretudo, foi o caso dos partidários da Teologia da Libertação latino-americana a partir de fins dos anos 1960. Estes últimos agudizaram o viés crítico do discurso católico reformador a eles precedente, enfatizando a denúncia do *status quo*, atitude justificada como consequência da fé cristã. Segundo os formuladores da citada eclesiologia, estaria em jogo a "libertação integral" do homem e do corpo social. Para tanto, os cristãos latino-americanos e terceiro-mundistas deveriam conduzir um "processo de libertação das opressões históricas de ordem econômica, política, cultural e religiosa" (para ambas as citações, Boff, 1998a: 361). Urgiria, portanto, de acordo com as mesmas vozes, opor uma censura radical ao sistema capitalista, classificado como "pecaminoso" e "antievangélico".[19]

Como adiantado na introdução, a Pastoral da Criança elegeu uma linha de ação prudencial. O caminho intermediário. Se ela não replicava a atuação caritativa tradicional católica, tampouco abraçava o tom contestador da Teologia da Libertação. Afinal, a tarefa de assistência à infância em risco (e a seus familiares) demandava a adesão de milhares de voluntários (em 1990, a Pastoral da Criança contava com 150 mil voluntários – entre eles, quase 130 mil líderes comunitários). E, ponto de crucial importância, era imprescindível o apoio logístico do episcopado nacional, não obstante a linha pastoral e as convicções teológicas e políticas de cada bispo em particular. Tal objetivo foi integralmente cumprido: em 2000, a Pastoral estava presente em cada diocese e prelazia brasileira.

Apropriando-me de vocabulário bem característico do universo cristão, referencial basilar para Zilda Arns e seus colaboradores, a "missão" não admitia sectarismos. Tal estratégia é ainda mais compreensível quando se recorda o período no qual a Pastoral da Criança foi constituída, os tensos anos 1980, tempo de pronunciada polarização nas hostes católicas brasileiras.[20]

Há, em "Pastoral da Criança: uma experiência consagrada", um trecho especialmente revelador sobre a necessidade de somar aliados e voluntários país afora. Nele, o trabalho a ser executado é definido como "ecumênico e sem preconceitos" (p. 85). Ecoa aqui, sem dúvida, o espírito do *aggiornamento* proclamado pelo Concílio Vaticano II (1962-65). E o apelo à tolerância firmado pela fundadora da Pastoral da Criança tem vários destinos. Em primeiro lugar e de forma mais evidente, diz respeito às relações entre fiéis cristãos, reforçando iniciativas de cooperação existentes entre católicos e protestantes. Bom exemplo é o caso da aproximação entre católicos progressistas e cristãos reformados, notadamente luteranos e anglicanos liberais, em campanhas pelos direitos humanos e a reforma agrária, aliança bem perceptível já nas décadas de 1970 e 1980. A profissão de fé no ecumenismo realizada por Zilda Arns constitui, por outro lado, velada resposta à (cada vez mais) iracunda campanha anticatólica neopentecostal, verificável sobretudo entre pastores e membros da IURD, de Edir Macedo. E, por fim, ao reforçar a crença no diálogo extramuros, Zilda Arns aponta para além do desejo ecumênico interconfessional. Creio que, nas entrelinhas do elogio à pluralidade religiosa, Arns Neumann, em época de tormenta em sua igreja de origem, dirige mensagem ao público intramuros: a otimização do trabalho social requeria igualmente tolerância para com as (muitas vezes) consideráveis diferenças elcesiológicas internas.[21]

Apesar do cuidado em não criar celeuma ou acirrar divergências entre os fiéis, divisa-se, na exposição de Zilda Arns, um incitamento moderado à mobilização política (não-partidária) popular. O alvo da convocação seriam as comunidades atendidas pela Pastoral. Nesse sentido, já no terceiro parágrafo de seu texto Zilda Arns escreve que a "Pastoral da Criança luta também [...] pela participação comunitária no controle social das políticas públicas básicas para a construção da cidadania nas áreas de maior pobreza" (p. 84). Trata-se de uma reivindicação por controle social da gestão pública que, no bojo da redemocratização brasileira, ganhava projeção no cenário político nacional, vindo a ser encampada pela Constituição Federal de 1988 (vide, para o caso da Saúde, o artigo 198 da Constituição).

Nesta clave, Zilda Arns faz menção à necessidade de organização de demandas das populações carentes, para que estas tenham voz ativa na implementação e supervisão dos programas públicos a elas destinados. Refiro-me ao trecho onde são enunciadas as "ações complementares" da Pastoral, entre as quais a "participação no controle social, comunicação

e mobilização social" (ver p. 90-91). O incentivo ao engajamento coletivo e à formação de lideranças comunitárias, esclarece Arns Neumann, deverá desaguar nos conselhos municipais e estaduais onde a gestão dos serviços assistenciais públicos é debatida. Para a médica pediatra, devem ser fiscalizados, em especial, o repasse de verbas e a aprovação de convênios na área da saúde. Ela menciona em acréscimo, ainda que brevemente, a necessidade de mecanismos que controlem o funcionamento da própria Pastoral da Criança (cf. p. 92-93).[22]

Em suma, em ligação com e em adição à ação caritativa, prioritária diante de qualquer outra, deve ser estimulada a "corresponsabilidade social" entre a população atendida pela Pastoral da Criança. Assim, fomentar-se-ia, para Zilda Arns, "a capacidade de melhorar o tecido social" (p. 89). Mais à frente, o chamado à corresponsabilidade coletiva é ratificado, estando ela associada à luta pela justiça social (ver p. 94).

Fica confirmado, pelo acima disposto, que a Pastoral da Criança coloca-se em posição intermediária entre modelos diversos de atuação católica. Diferencia-se do tradicional enfoque caritativo, calçado em obras pias e de benemerência que, por séculos e sob muitas roupagens, crismaram a presença cristã entre os mais pobres. Diferencia-se, por outro lado, de propostas eclesiológicas mais recentes e controversas: daquelas que, defendidas pelo progressismo católico, sob títulos distintos, partiram de determinada leitura da fé cristã para advogar engajamento político mais radical.[23]

Cumpre reiterar que a Pastoral da Criança empenha-se em ações diversas daquelas mais salientadas aqui – isto é, os aludidos combate à desnutrição infantil e trabalho de identificação e capacitação de líderes nas comunidades. Trata-se de não olvidar proposições outras, situadas entre os extremos já contemplados (intervenção caritativa emergencial e formação de lideranças nas comunidades). Nesse rol de iniciativas, Zilda Arns enumera (p. 87-91): orientações aos pais quanto aos primeiros seis anos de vida da criança e quanto a hábitos de higiene; desenvolvimento da fitoterapia e valorização de receitas e plantas regionais; campanhas de prevenção de acidentes domésticos e da violência familiar; alfabetização de adultos e incentivo à geração de renda nas famílias; mobilização contra o desemprego e a fome.

Em outras ocasiões, em entrevistas e documentos diversos do texto aqui privilegiado, Zilda Arns insistiu na necessidade de tais ações complementares (detalhando mais algumas delas inclusive). Em declaração de 2003, por exemplo, ela enumerou (e, em alguns casos, repetiu empreendimentos já destacados no parágrafo acima) as seguintes ações: controle social das políticas públicas; alfabetização de jovens e adultos, operação inspirada em pedagogia problematizadora, com uso de palavras-chave advindas do próprio cotidiano da Pastoral; incentivo a atividades lúdicas, ação intitulada "brinquedos e brincadeiras" vista como fundamental para o desenvolvimento infantil; incentivo à difusão de informações úteis às camadas

mais simples da sociedade, com a formação de jovens lideranças como multiplicadores da informação; apoio à constituição de hortas caseiras; fomento à capacitação para o trabalho. Neste último caso, figura projeto de geração de renda, que repassa recursos e ampara financeiramente famílias desempregadas, visando à capacitação de mão de obra em atividades artesanais, cultivos comunitários, criação de animais, comércio de produtos.[24]

Conclusão

Ao finalizar, recordo, por uma última vez, a conjuntura brasileira e eclesial à época da gênese da Pastoral da Criança. No primeiro caso, foram tempos de acentuada crise econômica e social. Em relação ao segundo, houve não menos tensão e incertezas. A lembrança tem como propósito voltar os olhos para a expressão utilizada por Zilda Arns para classificar a Pastoral da Criança: "uma experiência consagrada". Em relação à ideia de consagração, já foi sobremaneira indicada no discurso de Arns Neumann a ligação direta entre crença religiosa e desempenho na praça pública, conexão que permitiu à pediatra, pela ótica da fé – *fé engajada* –, elevar e sacralizar o trabalho que se propôs liderar. Observe-se agora o conceito de *experiência* – igualmente adotado no subtítulo do texto em debate. Com raízes na cultura clássica, vindo do grego *empería* e do latim *experientia*, esse conceito vincula-se à ideia de viagem, com especial ênfase no ato de atravessar lugares perigosos, como rochedos marítimos, ou de difícil acesso, como trilhas entre montanhas. Portanto, *movimentar-se* (daí a partícula *ex,* "sair de") *com perícia* (do verbo *periri*, "tentar" e também "correr perigo").[25]

Em delicado quadro nacional e eclesial, Zilda Arns pôs em marcha um organismo social atuante em todo o Brasil, congregando milhares de agentes. Mutirão confessional que, relacionado à CNBB, solicitou a contribuição de fiéis de outras tradições e procedências. Confecção de vasta rede que, por plural, e para não se romper, determinou a prevalência de prudente linha de ação. Assim, a Pastoral da Criança objetiva, primariamente, o socorro emergencial aos mais miseráveis. Via caritativa que não anula o incentivo (não exaltado) à organização popular na luta por melhores condições de vida.

Uma consagrada experiência. Específica leitura de fé somada à perícia. *Agregação que possibilita a Zilda Arns pensar duplamente o Brasil. Refletir* sobre o país e suas misérias, sempre tendo como referencial o credo religioso cultivado desde a infância na colônia agrícola. E, uma vez chegando ao diagnóstico (o termo médico não é, em absoluto, escolha aleatória aqui) que lhe pareceu pertinente, Arns Neumann tentou *aplicar penso ao país*, buscando, na medida do que lhe era praticável, cicatrizar suas chagas sociais. Destas, a desnutrição infantil se lhe afigurou a mais escandalosa (no sentido bíblico do termo) e a que demandava tratamento

mais urgente. Diga-se que a ideia de um penso, um curativo, também é valida para ilustrar o movimento primário da Pastoral da Criança, conforme descrito acima: ação emergencial para salvar vidas (ficando em segundo plano a discussão das causas profundas da desigualdade social brasileira).

Uma consagrada experiência. Específica leitura de fé somada à perícia. Agregação que Zilda Arns via oportuna para colocar-se a caminho. Vale, de novo e por fim, atentar ao referencial religioso com tanta intensidade presente no discurso de nossa personagem. À Pastoral da Criança, por tudo que escreveu sua fundadora e primeira coordenadora no documento aqui analisado, caberia lançar *nova pedra fundamental* da militância cristã entre os mais desvalidos. Era este, aliás, o programa cuja implantação ela começava no Haiti quando de sua trágica morte, em janeiro de 2010, em Porto Príncipe. Afinal, para crentes como Zilda Arns Neumann, tratava-se de lançar, tanto em nosso país como fora dele, a pedra angular do Reino entre os homens.

Notas

1 Versão preliminar desta reflexão foi apresentada oralmente ao Grupo de Trabalho "Pensamento Social no Brasil", no 36º Encontro Nacional da ANPOCS, em 2012. Agradeço a acolhida de Ângela Alonso e Nísia Trindade Lima, coordenadoras do GT, e aos comentários de Heloisa Pontes. No debate que se seguiu, recebi de Ricardo Benzaquen de Araújo e Luiz Jorge Werneck Vianna valioso incentivo para que viesse a publicar o trabalho final da pesquisa, então apenas antecipada. A eles, portanto, registro minha gratidão. Agradeço também a Gilberto Hochman, que comigo dialogou com criticidade e leveza ao longo da construção do presente texto. Por último, quero agradecer ao Center for World Catholicism and Intercultural Theology, da DePaul University, onde a versão final deste estudo foi redigida, e, em declaração de praxe, nem por isso menos verdadeira, lembro que as eventuais falhas só podem ser atribuídas a mim.

2 Dada a sua recorrente menção ao longo destas linhas, daqui em diante este texto (Arns Neumann, 2000) – e apenas ele – será indicado somente pelo número da página (entre parênteses) da citação em questão.

3 Apenas a título de ilustração, entre as causas mais usualmente apontadas para a mencionada crise figura o chamado "segundo choque do petróleo", efeito direto da Revolução Iraniana de 1979, que desequilibrou ainda mais o já deficitário balanço de pagamentos brasileiro. Também contribuiu para a piora da economia nacional a moratória mexicana de 1982, que reduziu drasticamente o crédito externo para toda a América Latina. Acrescente-se que as medidas governamentais para fazer frente aos tempos de tormenta, ações inspiradas no receituário econômico mais tradicional, diminuindo a emissão monetária e elevando a taxa de juros, provocaram maior depressão da atividade econômica, do emprego e renda.

4 Há vasta literatura sobre o assunto, em variados níveis de aprofundamento. Para o rápido registro acima, priorizei os seguintes manuais: Linhares (1990) e Fausto (1994).

5 Em entrevista datada de meados dos anos 1990, o responsável pela guarda da ortodoxia católica romana, o então Cardeal Joseph Ratzinger, afirmou em relação à Teologia da Libertação: "Havia o risco de uma politização da fé que a teria impelido para uma partidarização política irresponsável e que teria destruído o que é especificamente religioso" (Ratzinger, 2005: 75).

6 A decisão romana foi tornada pública pelo *L'Osservatore Romano* em 12 de maio de 1985.

7 Vale acrescentar que numerosos especialistas apontam um "efeito espelhamento" na interpretação da canônica judaico-cristã. No caso da teoria literária, ver Auerbach (1971: 39-40) e sua celebrada exposição sobre a leitura patrística do Antigo (ou Primeiro) Testamento como prefiguração do Novo (ou Segundo) Testamento, sendo este iluminado por aquele. Já mais recentemente, Daniel Marguierat (2003: 249) encontrou relação semelhante entre as figuras do Jesus evangélico e do Paulo registrado no livro dos Atos. Neste último, para Marguierat, a atuação do "apóstolo dos gentios" deve ser lida em cotejo com o que relatam os Evangelhos acerca de Jesus Cristo. Saindo da relação texto-texto: ao menos desde os tempos modernos, gerações de pregadores enfatizaram que a vida dos crentes poderia ser compreendida com ajuda da leitura contumaz da Bíblia. Prevalente por séculos nos domínios reformados, tal proposição ganhou força entre católicos romanos de tendências mais díspares, sendo especialmente cara aos círculos bíblicos ligados à Teologia da Libertação. Para ilustrar este último ponto, conferir a contribuição do frade carmelita e exegeta ligado à Teologia da Libertação Carlos Mesters, que sustenta ser a Bíblia "espelho" dos cristãos em busca da correta leitura de seus cotidianos (ver, p. ex., Mesters, 2008).

8 Zilda Arns elege a versão encontrada no Evangelho de João, mesmo livro no qual se inspirou para cunhar a já citada frase "Vida para todos". A repetição da escolha joanina, ver-se-á mais adiante, não é casual. Para uma erudita discussão sobre as versões do episódio bíblico em questão, ver Meier (1998: 520-540).

9 Proposição repetida em Arns Neumann, 2003: 65-67.

10 Novamente, Zilda Arns opera de acordo com estilo narrativo tradicional cristão. A mensagem tem seu sentido primário apenas apontado. Como é óbvio, maior aprofundamento na compreensão do discurso e de suas múltiplas referências irá depender da familiaridade do ouvinte (no caso, o leitor) com o universo em questão.

11 A este propósito, ver, p. ex., Frei Betto, 1985: 73-75.

12 Conforme lembram muitos especialistas, o mundo, na visão do autor do Evangelho atribuído a João, é lugar de corrupção e dor. Tal interpretação deitaria raízes no cristianismo, de modo especial na reflexão de Agostinho e, posteriormente, no pensamento de Martinho Lutero (que, a propósito, foi monge agostiniano) e de outros reformadores.

13 D. Paulo Evaristo Arns, irmão e interlocutor frequente de Zilda (foi ele que repassou à médica o pedido da UNICEF para que a Igreja tivesse papel ativo na luta contra a desnutrição), teve esmerada formação exegética, sendo fluente no grego bíblico. É, portanto, mais que provável que Zilda Arns conhecesse a referida etimologia.

14 Para a visão franciscana do mundo criado e a reabilitação da matéria conduzida pelas ordens mendicantes durante a Baixa Idade Média, ver Duby (1979: 97-184).

15 Para a farinha multimistura, ver http://www.pastoraldacrianca.org.br/pt/component/content/article/101-noticias/244-alimentacao-enriquecida-alguns-cuidados-importantes, que reproduz texto de maio de 2000 sobre o assunto. Acesso em dezembro de 2014.

16 Informações veiculadas pelo boletim 11 da REBIDIA (Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre Infância e Adolescência). Cf. http://pastoraldacrianca.org.br/pt/materiais-educativos-0/2381-boletim-n-11-busca-constante-de-politicas-publicas-para-o-bem-comum.

17 Tradição firmada em Paulo (cf., p. ex., em Cor 1,13) e, posteriormente, em texto de Agostinho (*Enchiridion de fide, spe et caritate*).

18 Para algum detalhamento sobre a dita "militância católica especializada" dos anos 1950 e 1960, ver Costa (2007: 433-450).

19 Ponto muito repetido no discurso dos filiados à Teologia da Libertação e que não será possível desenvolver nestas linhas. Sobre a teologia liberacionista, há vasta bibliografia reunindo obras com níveis desiguais de aprofundamento. Entre muitas referências, destaco o ótimo texto introdutório de Libânio (1987).

20 Em termos de Teologia Moral, mais uma área de contenda entre católicos (embora com menos virulência do que em outras searas), percebe-se a mesma intenção de não criar cisões. Assim, Zilda Arns reitera os ensinamentos tradicionais do magistério eclesial quanto ao controle natural de natalidade (p. 91). A condenação ao aborto, posicionamento que – salvo algumas exceções e em casos particulares – é bem consolidado entre os fiéis, também é reafirmada (p. 86 e 88).

21 A tarefa de controlar tensões intramuros católicos foi bastante bem-sucedida, tendo sido a Pastoral da Criança reconhecida e elogiada amplamente, tanto por grupos carismáticos como por partidários da Teologia da Libertação. Contudo, como se poderia esperar, vozes de descontentamento se levantaram em outros setores. Para uma contundente crítica da Pastoral, vista em última instância como adversária da causa da emancipação da mulher, ver Anjos (2007: 28-44). O enfoque crítico parece esperar da citada Pastoral e de Zilda Arns algo que jamais esteve em questão para o organismo e sua coordenadora, seja por razões de filiação religiosa, seja devido à polarizada conjuntura eclesial católica já exposta nestas linhas.

22 Quanto aos gastos da Pastoral, há dois tipos de controle. Um, interno: cerca de 75% de seus recursos são gerenciados diretamente em nível local, em coordenações diocesanas que, por sua vez, se reportam à Coordenação Nacional da Pastoral da Criança. Em termos externos, as contas do organismo são auditadas anualmente por empresa independente. Sempre quando exigido pela lei, ocorrem fiscalizações de Secretarias de Estado, de Tribunais de Contas, da Controladoria Geral da União e do Ministério da Saúde. Por fim, é interessante informar que a Pastoral mantém um "portal transparência" (https://wiki.pastoraldacrianca.org.br/PortalTransparencia).

23 Para levantamentos sucintos sobre as transformações do catolicismo brasileiro no século XX, ver Löwy (2000) (atentar, em especial, para o posfácio *O vermelho e o negro*) e Costa (2010).

24 Ver Lições da Pastoral da Criança: entrevista com Zilda Arns Neumann, *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 17, n. 48, 2003. Cf. também em Pastoral da Criança – CNBB, s/d. Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre Infância e Adolescência, Curitiba, http://www.rebidia.org.br/component/content/article/2-uncategorised/211-pastoral-da-crianca-cnbb, acesso em dezembro de 2014.

25 Para a análise semântica, ver Boff (1998b: 61-67).

Referências bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ANJOS, Gabriele dos. Maternidade, cuidados do corpo e "civilização" na Pastoral da Criança. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 15, n. 1, 2007.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

ARNS NEUMANN, Zilda. Pastoral da Criança: uma experiência consagrada, *Cadernos Adenauer*, São Paulo, v. 9, s/n, 2000.

_____. *Zilda Arns Neumann: ela criou uma rede de solidariedade que salva centenas e milhares de crianças brasileiras*. Belo Horizonte: Ed. Leitura, 2003.

_____. Entrevista. Lições da Pastoral da Criança, *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003.

AUERBACH, Erich. *Mímesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

BENZ, Ernst. *Descrição do cristianismo*. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOFF, Leonardo. *O caminhar da Igreja com os oprimidos*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998 (1ª ed. 1980).

_____. *Graça e experiência humana*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998 (1ª ed. 1976).

COMBLIN, Joseph. What sort of service might theology render? In: GIBELLINI, Rosino (ed.). *Frontiers of theology in Latin America*. Maryknoll: Orbis Books, 1979, p. 58-78.

COSTA, Marcelo Timotheo da. Brazil. In: PATTE, Daniel (ed.). *The Cambridge Dictionary of Christianity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 140-148.

_____. *Um itinerário no século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima*. São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/PUC-Rio, 2006.

_____. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências das JEC e JUC. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (org.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol. 2.

DUBY, Georges. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade (980-1420)*. Lisboa: Estampa, 1979.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

FREI BETTO [Carlos Alberto Libânio Christo]. *Fidel e a religião*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GEBARA, Ivone; BINGEMER, Maria Clara. *Maria, Mãe de Deus e Mãe dos Pobres: um ensaio a partir da mulher e da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1994.

KERMODE, Frank. *The genesis of secrecy: on the interpretation of narrative*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1979.

KOTSCHO, Ricardo et al. *Viagem ao coração do Brasil*. São Paulo: Scritta, 1994.

LIBÂNIO, João Batista. *Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo*. São Paulo: Loyola, 1987.

_____. *A volta à grande disciplina*. 2ª. ed. São Paulo: Loyola, 1984.

LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARGUIERAT, Daniel. *A primeira história do Cristianismo: os Atos dos Apóstolos*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2003.

MEIER, John. *Um judeu marginal: repensando o Jesus histórico*. Rio de Janeiro: Imago, 1998, v. 2, livro 3.

MESTERS, Carlos. *Deus, onde estás?* 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008 (1ª ed. 1970).

PASTORAL DA CRIANÇA. *Guia do líder da Pastoral da Criança*. Curitiba: 2000.

RATZINGER, Joseph. *O sal da terra: o cristianismo e a Igreja Católica no século XXI: diálogo com Peter Seewald*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

SERBIN, Kenneth. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.